



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DE ARAPIRACA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

DIOGO LUCAS DE MACÊDO BRUNO

**INOVAÇÃO SOCIAL E OS BANCOS COMUNITÁRIOS: UM ESTUDO DA
EXPERIÊNCIA DO BANCO COMUNITÁRIO OLHOS D'ÁGUA EM IGACI-
ALAGOAS**

**ARAPIRACA
2018**

DIOGO LUCAS DE MACÊDO BRUNO

INOVAÇÃO SOCIAL E OS BANCOS COMUNITÁRIOS: UM ESTUDO DA
EXPERIÊNCIA DO BANCO COMUNITÁRIO OLHOS D'ÁGUA EM IGACI-ALAGOAS

Monografia de Trabalho de Conclusão de Curso
apresentada ao Curso de Administração Pública da
Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial
para a obtenção do grau de Bacharel em Administração
pública.

Orientador: Prof. Me. Leonardo Prates Leal

ARAPIRACA
2018

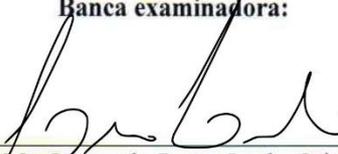
FOLHA DE APROVAÇÃO

AUTOR: DIOGO LUCAS DE MACÊDO BRUNO

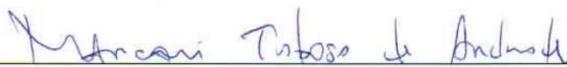
INOVAÇÃO SOCIAL E OS BANCOS COMUNITÁRIOS: UM ESTUDO DA
EXPERIÊNCIA DO BANCO COMUNITÁRIO OLHOS D'ÁGUA EM IGACI-
ALAGOAS

Monografia de Trabalho de Conclusão de Curso
apresentada ao Curso de Administração Pública da
Universidade Federal de Alagoas, como parte das
exigências para obtenção do título de Bacharel em
Administração Pública, aprovada em
24 / 10 / 2018.

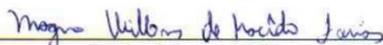
Banca examinadora:



Prof. Me. Leonardo Prates Leal - Orientador
Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus de Arapiraca



Prof. Dr. Marconi Tabosa de Andrade – Examinador
Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus de Arapiraca



Prof. Me. Magno Willams de Macêdo Farias –
Examinador
Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e
Gestão do Desenvolvimento Territorial da Escola de
Administração da Universidade Federal da Bahia -
UFBA

Aos meus avós maternos e meu tio, que mesmo na ausência se fazem presentes!

AGRADECIMENTOS

Torna-se complicado agradecer a todos que participaram dessa longa caminhada de forma direta e indireta. É de grande satisfação concluir mais uma etapa de minha vida, que só foi possível pela ajuda, aconselhamento e pelo companheirismo das pessoas que estiveram do meu lado nos momentos mais difíceis, em que pensei em desistir.

Primeiramente agradeço a Deus, por me mandar anjos aqui na terra que não me deixaram desistir desse meu sonho e de todos da minha família, em seguida a minha família, meu pai João Bruno, minha irmã Julyana Karla e minha anja Silvânia Silva, a qual de forma guerreira tem um papel essencial em minha vida, minha mãe.

Agradeço também a três pessoas especiais (Vô Bastinho, Vó Nice e Tio Israel) que não estão comigo em terra, mas acredito que de onde estiverem estão torcendo não só pelo meu sucesso, como também de todos sobrinhos e netos. A eles toda a minha gratidão.

Agradeço aos grandes amigos que fiz e levarei por toda minha vida, em especial a Edja Lopes que me completa, também aos meus amigos Emanuel, Jefferson e Guilherme que estavam comigo em grandes momentos na instituição.

Agradeço aos meus professores pela formação acadêmica e conhecimento adquirido, só tenho a agradecer aos todos eles.

Ao meu orientador, Leonardo Leal, agradeço a ajuda, a paciência e todo o suporte ao longo da construção deste trabalho.

Aos entrevistados, que permitiram coletar informações e por dedicarem alguns minutos de seu precioso tempo para conversarmos.

Enfim, meu muito obrigado a todos que me apoiaram e me acompanharam nessa caminhada, em especial a meu primo Magno que quando estava prestes a desistir esteve ao meu lado me motivando e mostrando que eu poderia chegar neste momento.

RESUMO

As inovações sociais surgem em contextos de necessidades não satisfeitas pelo estado ou mercado. Dessa forma, a sociedade busca construir, como soluções, formas autênticas e criativas para amenizar problemas econômicos e sociais, visando a melhoria da qualidade de vida ao mesmo tempo em que promove a sustentabilidade. E nessa perspectiva, os bancos comunitários podem ser classificados como empreendimentos de finanças solidárias, além de ser instrumento de inovação social. Este trabalho tem por objetivo principal identificar as características da inovação social presentes na implantação e em todo processo de criação e funcionamento dos bancos comunitários de desenvolvimento, para tanto será analisada a experiência do Banco comunitário Olhos D'Água, localizado no município de Igaci, agreste do estado de Alagoas. Para alcance do objetivo foi realizado um estudo qualitativo, com o uso de técnicas como, análise documental e pesquisa de campo com os envolvidos no projeto, por meio de entrevistas semiestruturadas. O estudo propõe observar os feitos da inovação social na sociedade a partir de um conteúdo focado no possível impacto trazido a partir do funcionamento do BCD.

Palavras-chave: Inovação social. Banco comunitário. Comunidade.

ABSTRACT

Social innovation can not be satisfied by the state or by the market. In this way, society seeks to build, as solutions, authentic and creative ways to soften economic and social problems, aiming at improving the quality of life while promoting sustainability. From this perspective, community banks can be classified as solidarity finance enterprises, as well as being an instrument of social innovation. The main objective of this work is to identify the characteristics of the social innovation present in the implantation and in all the process of creation and operation of the community development banks, to analyze the experience of the Community Bank Olhos D'Água, located in the municipality of Igaci, agreste of the state of Alagoas. . To reach the objective, a qualitative study was carried out using techniques such as documentary analysis and field research with those involved in the project, through semi-structured interviews. The study proposes to observe the effects of social innovation in society from a content focused on the possible impact brought about by the operation of the BCD.

Keywords: Social Innovation. Community Bank. Community.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAGRA	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES ALTERNATIVOS DE IGACI
BCDS	BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO
CAC	CONSELHO AVALIADOR DE CRÉDITO
CAEC	COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
CCG	CONSELHO COOPERATIVO DO GOLFO
CSC	COMPRIMENTO SOCIAL CORPORATIVO
EES	EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
EIT/UFMT	ESCRITÓRIO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO
FACOMIG	FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS DE IGACI
FAPEX	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E EXTENSÃO
FUNDAF	FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IDH	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
IDHM	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL
ITES/UFAL	INCUBADORA TECNOLÓGICA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
MTE	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
OCDE	ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PNUND	PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO

PRONINC	PROGRAMA NACIONAL DE INCUBADORAS DE COOPERATIVAS POPULARES
SENAES	SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
SEVS	EMPREENDIMIENTOS SOCIAIS INDIANOS
SITECS	SISTEMA INTEGRADO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA SOCIAL
SPC LOCAL	SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CÉEDITO POPULAR
UFBA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 METODOLOGIA	15
2.1 Coleta de Dados	16
2.2 Tratamento e análise	17
3 REVISÃO DA LITERATURA	19
3.1 Inovação Tecnológica	19
3.2 Inovação social	20
3.3 Diferença entre inovação tecnológica e inovação social	21
4 BANCOS COMUNITÁRIOS	25
4.1 Banco comunitário Olhos D'água	26
5 ANÁLISE DOS DADOS	30
5.1 Entrevistas	30
5.2 Análise documental	35
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES	37
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE A – Questionário 1 – Conselho gestor /agentes de crédito	46
APÊNDICE B – Questionário 2 – Comerciantes	49
APÊNDICE C – Questionário 3 – Bolsistas ITES/UFAL.....	50
APÊNDICE D – Fotos da Visita ao Banco Comunitário	51

1 INTRODUÇÃO

É recorrente a existência de problemas econômicos e sociais que limitam necessidades primordiais das pessoas. Partindo desse pressuposto, pode-se observar a construção de formas criativas para resoluções ou amenização desses problemas, de modo que podemos citar como soluções, para fins deste trabalho, geração de renda, obtenção de crédito e, conseqüentemente, autonomia econômica. Nesse contexto, o objetivo geral deste trabalho foi compreender as características da inovação social presentes na implementação de um banco comunitário de desenvolvimento. Para tanto, recorreremos à experiência do Banco Comunitário Olhos D'Água, localizado no município de Igaci, agreste do estado de Alagoas.

É notável que o modelo econômico do país prioriza a economia de mercado na qual visa, predominantemente, a obtenção de lucros, a expansão do capitalismo, e a inovação tecnológica com foco nos resultados viáveis ao modelo econômico vigente no mercado. Em meio a esse contexto observa-se que existe uma outra economia com propósitos diferentes da economia de mercado, direcionada a suprir necessidades pessoais e coletiva da sociedade, de poder dá-lhes perspectiva de melhores condições para suprir suas necessidades. Essa outra economia, também conhecida como economia solidária, dispõe de vários mecanismos de atuação para proporcionar uma melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Para Singer (2008), a economia solidária é um modo de produção que se caracteriza pela igualdade de direitos, tem como aspecto central a posse coletiva dos meios de produção. E se baseia na democracia e cooperação que caracteriza a autogestão, ou seja, os empreendimentos são geridos pelos próprios trabalhadores.

Silva (2011) conclui que a economia solidária se estabelece como:

[...] um movimento social revolucionário, viabilizado pela maturidade e estrutura conjuntural contemporânea. Assim, possuindo em seu cerne a solidariedade e o questionamento das contradições capitalistas, busca de forma crítica alternativas práticas e realizáveis de uma outra lógica financeira e produtiva. (SILVA, 2011).

Para auxiliar em seu desenvolvimento, a economia solidária dispõe de diversos mecanismos para a sua disseminação, dentre eles a inovação social que é caracterizada pela geração de soluções inovadoras e duradouras para determinados grupos sociais, comunidades ou para a sociedade como um todo. A inovação social é fruto da aplicação do

conhecimento das necessidades sociais por meio da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos (BIGNETTE, 2011).

A economia solidária é representada também pelas finanças solidárias que se constituem em uma dedicação dos setores sociais que visam promover o uso de recursos econômicos, por meio de instrumentos financeiros, de forma a contribuir para redução da pobreza no mundo, ao mesmo tempo em que trabalha a expectativa do desenvolvimento ambiental sustentável, ou seja, é um modo diferente de relação econômica com o dinheiro e com o crédito (JAMRA, 2011).

A busca de instrumentos, que viabilizem a melhoria na qualidade de vida de determinados grupos sociais, objetiva também encontrar meios de trabalho e de geração de renda digna, com soluções inovadoras e duradouras que possam proporcionar oportunidades viáveis, garantindo a perspectiva de maior liberdade para escolher o que se deseja ter. Portanto, buscou-se, neste trabalho, reunir informações com o propósito de responder ao seguinte problema: quais as características de inovação social presentes nos bancos comunitários de desenvolvimento?

E seu objetivo geral foi compreender as características de inovação social presentes no Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) Olhos D'água no município de Igaci em Alagoas. Para alcançar tal objetivo, o trabalho norteou-se a partir dos objetivos específicos:

- Entender a conceituação da inovação social;
- Compreender a diferença entre inovação social e tecnológica;
- Conhecer o propósito e o funcionamento dos bancos comunitários;
- Descrever o modelo de gestão utilizado pelo Banco Comunitário Olhos D'água em Igaci / Alagoas;
- Identificar as características de inovação social presentes no Banco Comunitário Olhos d'água em Igaci / Alagoas.

A justificativa da pesquisa se dá frente aos problemas socioeconômicos que são enfrentados por grande parte da sociedade, e quando não são supridos nem pelo estado, nem pelo mercado. Surgem, com o protagonismo das comunidades, os modelos de desenvolvimento alternativos que buscam responder a certos problemas em locais específicos.

A inovação social é uma forma diferenciada de inovação que pode ser utilizada como uma nova ideia de desenvolvimento ou pode ser também uma já existente melhorada, de modo que essa ideia tenha como propósito atender a necessidades sociais e desenvolver relações sociais mais saudáveis e humanizadas. Desse modo, é considerada como um fenômeno que tem o poder de elevar a predisposição de atuação da sociedade (MURRAY *et al.*, 2010).

Na formação de um banco comunitário, pode-se enxergar essa ideia de inovação social melhorada, voltada a atender um público totalmente diferente do público casual dos bancos comuns, propondo aos seus usuários atendimento diferenciado, buscando atender não só a necessidade econômica, mas também social, além de promover interação entre a economia e a sociedade, incitando o desenvolvimento local.

O interesse pela pesquisa surgiu a partir da curiosidade do pesquisador em entender o contexto da exclusão social e financeira, pois trabalha em uma instituição de crédito privada que nem sempre consegue atender as demandas de pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social e econômica no qual o acesso ao crédito é restrito. Também chama atenção saber como essas pessoas conseguem acesso ao crédito em iniciativas de finanças solidárias especialmente em um banco comunitário, além disso o pesquisador acredita que esse é um assunto pertinente na atualidade, e que seu despertar foi a partir de aulas expositivas de teoria micro e macroeconômica durante seu período de aulas na universidade federal de alagoas enquanto cursava Administração pública.

Este trabalho propõe fazer uma análise das características da inovação social encontradas na implantação e no funcionamento de um Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) na comunidade de Igaci-AL. O estudo desse tema se faz necessário para compreender os feitos da inovação social na sociedade a partir de um conteúdo focado no possível impacto trazido a partir do funcionamento do BCD.

Para o alcance do objetivo proposto, a pesquisa está estruturada em sete capítulos, sendo o primeiro a introdução e os demais distribuídos em metodologia, pesquisas bibliográficas, pesquisa de campo e considerações finais. No segundo capítulo, será abordada a metodologia utilizada, em que serão apontados quais recursos e técnicas foram utilizados para a realização da pesquisa, como se deu a coleta e tratamento dos dados.

No terceiro capítulo, será apresentada a revisão de literatura, o qual terá um levantamento bibliográfico necessário para a continuidade e o entendimento da pesquisa, abordará temas como a conceituação da inovação social, e as diferenças principais entre inovação tecnológica e inovação social. No quarto capítulo, será feita uma explanação das

dinâmicas e conceituação dos bancos comunitários, será abordada também uma contextualização sobre o município de Igaci em Alagoas e sobre o Banco Olhos D'água presente no município.

No quinto capítulo, será exposta a análise dos dados, serão descritas as entrevistas feitas com os alguns envolvidos no Banco Comunitário Olhos D'água no município de Igaci em Alagoas, como também a análise da documentação institucional disponibilizada pelo banco.

No sexto capítulo, serão abordados os resultados e discussões, serão apresentados os resultados da pesquisa visando o objetivo geral e os específicos, identificando as características da inovação social presentes no banco Olhos D'água em Igaci/Alagoas, e entendendo também o funcionamento da organização.

O sétimo capítulo corresponde às considerações finais, no qual apresenta-se a visão do pesquisador baseado nas pesquisas feitas, apresenta também algumas lacunas identificadas e propõe possíveis melhorias para o Banco Comunitário Olhos D'água em Igaci/Alagoas.

2 METODOLOGIA

A atual pesquisa foi executada no Banco Comunitário Olhos D'água, situado na Associação dos Agricultores Alternativos de Igaci (AAGRA), Rod. Eduardo Alves da Silva, Município de Igaci-AL, estiveram envolvidos na referente pesquisa o conselho gestor, parte da equipe fundadora do BCD, a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal de Alagoas (ITES/UFAL), e o comércio local. Buscando alcançar os objetivos da presente pesquisa, utilizou-se uma abordagem de natureza predominantemente qualitativa descritiva, que segundo Neves (1996) visa à obtenção de dados descritivos coletados através de contato direto do pesquisador, de modo que ele não busca enumerar os fatos, mas sim compreendê-los.

No método descritivo são fenômenos registrados, analisados e correlacionados sem a manipulação do investigador, tal método é desenvolvido, principalmente, nas ciências humanas e sociais. Normalmente é uma metodologia orientada a descrever determinados acontecimentos, obtida por meio da coleta de dados (CERVO e BERVIAN, 2002).

As ferramentas utilizadas para o detalhamento do estudo iniciaram-se a partir de uma pesquisa bibliográfica e exploratória, com a qual o autor consegue embasamento necessário para entender as características da inovação social implícitas na experiência do seu estudo de caso, logo após foi realizada uma visita de campo, permitindo ao autor enxergar os objetivos necessários para dar continuidade à sua pesquisa.

Para Fonseca (2002), a investigação de qualquer trabalho científico deve iniciar-se com uma pesquisa bibliográfica, ferramenta que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. E Mattar (1996) complementa ainda que as pesquisas exploratórias permitem ao autor aprofundar-se sobre o assunto estudado, facilitando a elaboração de um questionário, problemas de pesquisas, utilizando-se de métodos de coleta de dados como questionários, entrevistas e observação participante.

Marconi e Lakatos (1996) acreditam que a etapa da visita de campo deve ser realizada após o estudo bibliográfico, pois permitirá que o autor consiga identificar com uma facilidade maior seus objetivos de pesquisa, hipóteses e métodos adequados para coleta de dados.

A abordagem utilizada para coleta de informações deu-se a partir de análises de documentos encontrados nos arquivos do banco comunitário, como acesso a livros de atas,

demonstrativo financeiro, fotografias, além de entrevistas semiestruturadas aplicadas a alguns membros do conselho gestor que participaram da etapa de implantação do BCD, membros da ITES/UFAL, comerciantes locais e feirantes.

2.1 Coleta de dados

A coleta de dados é a etapa da pesquisa que inicia com a aplicação dos instrumentos e técnicas selecionadas para alcance dos objetivos propostos. E segundo Marconi e Lakatos, (2003):

É tarefa cansativa e toma, quase sempre, mais tempo do que se espera. Exige do pesquisador paciência, perseverança e esforço pessoal, além do cuidadoso registro dos dados e de um bom preparo anterior. Outro aspecto importante é o perfeito entrosamento das tarefas organizacionais e administrativas com as científicas, obedecendo aos prazos estipulados, aos orçamentos previstos, ao preparo do pessoal. Quanto mais planejamento for feito previamente, menos desperdício de tempo haverá no trabalho de campo propriamente dito, facilitando a etapa seguinte. (MARRCONI e LAKATOS, 2003, p.165)

Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com roteiro pré-definido (ver apêndice A, B e C), que Segundo Manzini (1990) o cerne da entrevista semiestruturada é a o de um roteiro com perguntas principais sobre um assunto específico, esse roteiro inicial é acompanhado por outras questões que possam surgir durante a entrevista, é um tipo de entrevista que dá a oportunidade de surgir informações de forma mais espontânea.

A pesquisa de campo iniciou-se primeiramente com uma visita às instalações do Banco Comunitário Olhos D'água, no qual o pesquisador pôde ver de perto como funcionavam os processos do banco, na mesma visita foi permitido ao autor acesso ao livro de atas, demonstrativos financeiros do BCD e fotos dos empreendimentos acompanhados antes e depois do empréstimo cedido ao usuário. As visitas continuaram até a realização das entrevistas, conforme apêndice 1.

O processo de coleta de dados foi realizado no período de novembro de 2017 a abril de 2018 no Banco Comunitário, na ITES e no comércio da cidade de Igaci. Para a conclusão desse processo, foram necessários 7 dias alternados de acordo com a disponibilidade do pesquisador.

No primeiro dia de investigação, o autor foi recebido pelas agentes de crédito ao passo em que lhe foram apresentados as instalações e acervos do BCD conforme anexo 1, no segundo dia deram-se as entrevistas.

1º Dia – Apresentação da Sede do Banco Comunitário de Desenvolvimento Olhos D'água.

- Leitura dos Documentos disponibilizados
- Análise de fotografias

2º Dia – Início das Entrevistas.

- Primeira entrevistada, participou do processo de implantação do BCD, também é membro do Conselho Gestor e representante da entidade Gestora do Banco o FUNDAF.

Durante o terceiro, quarto, quinto e sexto dias de visita, foi realizado o restante das entrevistas. No entanto houve uma resistência muito grande por parte dos entrevistados do quarto em diante, pois eles se recusavam a conceder a gravação de áudio de seus depoimentos na resposta dos questionários de entrevista, de modo que o autor precisou usar a escrita para colher as informações necessárias para a pesquisa. No sétimo dia, houve uma visita a barraca de câmbio do BCD na feira de agricultura familiar da cidade. Lá o autor procurou investigar a circulação da moeda entre os clientes da feira e também no comércio.

3º Dia – Entrevista com uma bolsista da ITES/UFAL

4º Dia – Entrevista com Agente de Crédito

5º Dia – Entrevista com Comerciante

6º Dia – Entrevista com Feirante

7º Dia – Visita a Barraca de Câmbio ¹

O pesquisador pôde observar como funcionava a barraca de câmbio, e se havia aceitação da moeda pelos clientes e comerciantes.

¹ A barraca de câmbio funciona como ponto de apoio do banco comunitário, é utilizada uma vez por mês durante a feira da agricultura familiar de Igaci, afim de facilitar a troca e a circulação da moeda no comércio local. (Entrevistada 2).

2.2 Tratamento e análise

Após a coleta dos dados, foi realizada a etapa de seleção, consistindo no exame minucioso dos dados. Nessa etapa, segundo Marconi e Lakatos (2003), o pesquisador deve submeter a coleta a uma verificação crítica, a fim de detectar falhas ou erros, evitando informações confusas, distorcidas, incompletas, que podem prejudicar o resultado da pesquisa.

As informações obtidas da análise bibliográfica resultaram em um maior aprofundamento sobre as diretrizes norteadoras de funcionamento do BCD, bem como os principais aspectos da legislação nacional no que tange às finanças solidárias, facilitando a compreensão dos documentos e arquivos utilizados durante a coleta de dados.

A análise das entrevistas semiestruturadas propõem ao autor obter as informações necessárias para dar continuidade a sua pesquisa. Segundo Boni e Quaresma (2005) as entrevistas semiestruturadas trazem uma sequência de perguntas abertas e fechadas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador precisa seguir algumas questões previamente definidas, porém ele procura ir em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. Esse tipo de entrevista é utilizado para delimitar o volume das informações, buscando um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo serão apresentados conceitos de fundamental importância para entendimento do problema inicial, tais como o de inovação social e tecnológica, bem como suas distinções, e será explanada também a conceituação acerca dos bancos comunitários.

3.1 Inovação tecnológica

Do ponto de vista conceitual, inovação tem como ponto principal o fundamento da implantação de algo, processo e/ou produto, que busque suas melhorias. Diferentemente da invenção, a inovação, segundo Schumpeter (1988), deve trazer não apenas uma novidade, mas também uma transação comercial que gere desenvolvimento ou riqueza.

A necessidade capitalista das organizações foi determinante para a busca de atualizações dos conceitos, processos, produtos e gestão. Essa necessidade inclui práticas voltadas à inovação e considerando um novo espaço, maior e mais complexo que extrapola os limites de organizações privadas individuais (SANTOS, FAZION E MEREOE, 2011).

Sendo assim, a inovação busca aperfeiçoar o funcionamento e apresentação de resultados de uma organização, proporcionando maior vantagem competitiva através da modificação da curva de demanda insumos mercadológicos e das despesas, ou pela oportunidade de renovar o aparato organizacional (*et al.*, 2007).

A inovação tecnológica é citada por França Filho (2017) como elemento essencial para a saída da crise instaurada em 2008. A sua natureza tecnológica influencia diretamente nas mudanças de organizações e ambientes empresariais, buscando aprimorar ou criar procedimentos/técnicas que tragam eficiência e eficácia nos sistemas produtivos a fim de torná-los mais competitivos e mais rentáveis do ponto de vista econômico.

Do ponto de vista conceitual, a inovação não se apresenta de maneira uniforme. Tratando-se de produtos, a organização para a cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE) em uma convenção em 1997 define-a como proveniência do melhor desempenho no melhor produto oferecido aos interessados. Quanto ao campo de processos, deve-se ter ou a implantação de novos processos ou a melhoria claramente perceptível de processos já existentes. Em que ambas produções possibilitem influenciar os métodos de trabalho existentes para uma evolução eficaz (OCDE, 1997).

A inovação tecnológica, principalmente, está direcionada à satisfação de uma demanda econômica de mercado, avaliado como fator central para o desenvolvimento, na forma de um bem ou serviço, como nos mostra França Filho(2017).

Através da visão de Schumpeter (1988) é possível concluir que as empresas utilizam a inovação tecnológica para fomentar a sua margem lucrativa. Os processos de inovação tecnológica trazendo eficiência e eficácia proporcionará para a organização uma vantagem competitiva em comparação aos seus concorrentes, viabilizando, assim, uma maior lucratividade para a empresa, diferentemente da inovação social.

3.2 Inovação Social

A inovação social, segundo o conceito de Bouchard (2011), é compreendida como uma nova técnica ou nova intervenção, ou ainda toda nova experiência elaborada para melhorar uma situação ou solucionar um problema social tendo identificado finalidade, seja no nível de instituições de organizações, seja de comunidades.

Considerada como uma expectativa positiva de melhoria para os problemas enfrentados hoje em dia, a inovação social é uma ampliação ilimitada, que pode ser desenvolvida nos setores públicos, sem fins lucrativos e privados, tendo como uma de suas principais características a parceria entre os diferentes setores, as partes envolvidas e os favorecidos. Inovação social é um novo conceito ou um conceito melhorado que, concomitantemente, supre as carências sociais e cria novas relações sociais. É um fato que pode possibilitar a elevação da capacidade de organização da sociedade (MURRAY *et al.*, 2010).

De acordo com Ramos (2017), a inovação social tem como particularidade a originalidade e a ação proposital direcionada para alcançar o resultado almejado. Inovações sociais são programadas, coordenadas e orientadas para o fim exclusivo de alcançar transformações sociais por meio de novas práticas (*apud* HELLSTRÖM, 2004; HOWALDT; SCHWARZ, 2010).

Assim é importante ressaltar que para uma inovação seja considerada social, ela deve demonstrar eficácia no meio atuante, ou seja, melhorar o desempenho econômico e social da comunidade na qual se encontra inserida. Deve estar intrinsecamente ligada às melhorias na qualidade de vida e quantidade de vida, tais inovações sociais precisam conduzir a uma melhor educação, melhor qualidade do meio ambiente e maior expectativa de vida (quantidade de vida) (POL e VILLE, 2009.).

Nesse sentido, Juliani (2014) nos traz a perspectiva da inovação social indissociável dos aspectos econômicos sociais, os quais buscam responder questionamentos sobre os resultados de ações inovadoras que envolvem investimentos e

possibilitem consequências positivas para o futuro, requer a utilização de conhecimento progressista, ou ainda, um novo uso ou combinação para o conhecimento existente.

Para Bignetti (2011), a variedade de noções que se estabelecem hoje sobre a inovação social se associa ao fato dessas noções mostrarem como esse tipo de inovação procura beneficiar os seres humanos antes de tudo, diferentemente das noções econômicas tradicionais sobre inovação, voltadas essencialmente aos benefícios financeiros. Todos os conceitos sobre a inovação trazem em sua base fundamentos voltados para uma sociedade com valores diferentes dos atuais, já que eles buscam associar a inovação social como propulsora da solidariedade e do bem comum.

Mulgan *et al.* (2004) consideram a inovação social como atividades e serviços que inovam e são movidos pelo propósito de atender uma carência presente na sociedade e que são essencialmente desenvolvidas e propagadas por intermédio de entidades que mantenham e tenham como fim principal as questões sociais. Tal conceito apresenta a inovação social como algo que visa o bem-estar da população de maneira explícita (*apud* JULIANI *et al.*, 2014).

A inovação Social tem como parte principal de seus processos a inclusão social e a capacitação dos agentes mais fracos, desse modo ela propõe a ideia de mudança social, suas características mais comuns derivam da natureza, dos estímulos, dos recursos e dinâmicas, dos agentes e dos meios inovadores ou criativos, Desse modo, trazem uma abordagem que propõe soluções para os problemas sociais, tais como: exclusão social, exclusão no mercado de trabalho, propõe também a criação de moedas locais, redes de pequenos produtores, prática de solidariedade, estabelecimento de políticas públicas inovadoras, diversidade de atores para aprendizagem e troca de informações, oferecendo ainda ferramentas para aumentar a dependência e a autonomia das pessoas (ANDRÉ e ABREU, 2006).

Conforme arcabouço teórico citado anteriormente, a inovação social tem crescido dentro das pautas de estudos sociais e na prática dentro das comunidades, buscando melhorar consideravelmente a qualidade de vida dos envolvidos que, normalmente, são os atores principais dos projetos, fatores que a tornam diferente dentro do contexto de inovação tecnológica.

Consoante ao que foi abordado nesse capítulo, é de suma importância trazer uma diferenciação sobre as formas de inovações citadas.

3.3 Diferenças entre inovação tecnológica e inovação social

É possível analisar as diferenças a partir do processo de cada um dos tipos de inovação, como é destacado por Bignetti (2011), que a iniciação da inovação tecnológica é gerenciada de dentro para fora, isto é, pela introdução de um novo processo de produção, de um novo produto ou serviço dirigido ao mercado. Na inovação social, por outro lado, o processo se desenvolve pela participação dos beneficiários e dos atores da comunidade durante todo o projeto. Em outras palavras, é um processo de construção social, de geração de soluções dependentes da trajetória, é um processo inclusivo e autogerido. A concepção, o desenvolvimento e a aplicação estão intrinsecamente ligados e são realizados através da relação e da cooperação entre todos os atores envolvidos. A inovação tecnológica beneficia a cultura capitalista de que o indivíduo só pode ter aquilo que ele pode adquirir com moeda. Já a inovação social busca construir um meio que possa beneficiar a todos, despertando na comunidade o espírito de coletividade e respeito.

A inovação em sua forma genuína apresenta características em busca de lucro, ou seja, a criação de uma nova ideia com a intenção de fazer dinheiro. Esse tipo de inovação abrange inovações tecnológicas (novos ou melhorados produtos e processos) e inovações organizacionais (mudanças na estratégia, estrutura ou rotina da empresa). Por outro lado, uma inovação social pura implica uma nova ideia que tem o potencial de melhorar a qualidade de vida ou a quantidade de vida ou ambos. Assim, não seria movida por expectativa de maximização de lucro. Apesar de existirem casos em que inovação social e inovação de negócios se confundem, é essencial fazer a diferenciação entre elas para que suas características possam ser melhor exploradas e analisadas, conforme Pol e Ville (2009).

A tabela abaixo faz referência clara da distinção do que propõem os dois tipos de inovações citados, de modo que a inovação tecnológica está voltada à maximização do lucro, a atender os requisitos de crescimento de uma empresa, e a inovação social visa propor melhoria de vida, promover o bem-estar social das pessoas de modo que seja disseminada por várias comunidades, tem finalidade pública de produzir desenvolvimento social além de econômico.

Tabela 1 - Diferenciação de inovação social para inovação tecnológica

Aspectos	Inovação Tecnológica	Inovação Social
Objetivo da inovação	Maximização do lucro	Melhoria da qualidade de vida
Valor da inovação	Econômicos	Bem-estar social
Lócus da inovação	Empresa	Comunidades
Processo da inovação	Metodologias consolidadas	Em construção
Proteção da inovação	Sigilo empresarial	Ampla disseminação

Fonte: (POL e VILLE, 2009).

É importante ressaltar mais uma vez que se a inovação tecnológica e a inovação social apresentam características divergentes, como foi apresentado, elas não representam dois conjuntos mutuamente exclusivos. Ao contrário, é indiscutível que muitas inovações tecnológicas apresentem caráter social e que inovações sociais podem lançar mão da tecnologia, particularmente no emprego das chamadas tecnologias apropriadas ou, mais amplamente, das tecnologias sociais. Discussões encontradas na literatura comparam os dois conjuntos (POL e VILLE, 2009; DAGNINO *et al.*, 2004), apesar de não entrar em consenso a respeito de suas relações. Além disso, a conjunção dos dois aspectos também não abrange o iminente e abundante dos estudos sobre inovação, como os estabelecidos pelo Manual de Oslo (OCDE, 1997). Ainda assim, vale lembrar que são citadas também as inovações intelectuais, as quais não se encaixam nem nas inovações tecnológicas e nem sociais (POL e VILLE, 2009).

Ainda sobre inovação social observa-se que a utilidade social e a sua sustentação pode passar pelo mercado, mas principalmente pela oferta de serviços públicos vindos do estado ou da iniciativa da própria sociedade. Podendo assim ter como classificação mais comum a de inovações organizacionais e menos comum inovações institucionais, seja ela por meio de novos métodos organizacionais, de novas leis para a regulação social e socioeconômica, seja de novas maneiras de solucionar problemas sociais e socioeconômicos (LEVÈSQUE, MENDELL, 1999; LEVÈSQUE, NINACS, 2000).

Dessa forma, conforme algumas pesquisas, destaca-se que as inovações sociais vão além dos setores públicos e privados, encontram-se também nas iniciativas da sociedade civil e da economia solidária, principalmente as que visam alcançar as demandas

ou interesses não contemplados ou mal contemplados pelo mercado ou pelo estado.”
(FRANÇA FILHO, 2016).

4 BANCOS COMUNITÁRIOS

As experiências dos bancos comunitários surgem a partir da perspectiva de soluções da economia solidária, buscando promover o empreendedorismo social e o desenvolvimento de pequenas regiões, podemos observar o conceito de bancos comunitários apresentado por Melo Neto e Magalhães (2009):

[...] serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos sócio produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores (MELO NETO e MAGALHAES, 2009, p. 01).

Nesta abordagem, podemos observar que os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) se mostram como um mecanismo das finanças solidárias originárias e voltadas para territórios empobrecidos. Tal prática tem sido vista pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE) como forma de inclusão financeira, como também traz a possibilidade de obtenção de crédito para as pessoas que se encontram as margens da economia (RIGO, FRANÇA FILHO, LEAL, 2015).

Diante dessa concepção é necessário ressaltar que o desenvolvimento econômico também é fator muito importante nesse caminho percorrido pelos bancos comunitários, cada banco desenvolve e adota moeda própria denominada moeda social, que vai sendo inserida no mercado local de forma gradativa, de modo que depois de aceita pela população facilita a compra e venda de mercadorias elevando a economia local. Soares (2010) fala da moeda como uma paralela criada e administrada pelos seus usuários, tendo sua emissão originada na esfera privada da economia.

Hoje em dia os bancos comunitários são uma das ferramentas das finanças solidárias, visando suprir as necessidades acarretadas com a pouca oferta de emprego, e também pela falta de subsídios do governo, para Brau e Woller (2004) e Morduch (1999), a necessidade da existência dos bancos solidários se caracteriza pela “ausência, a insuficiência ou a dificuldade de acesso aos serviços financeiros formais e tradicionais, têm levado as pessoas pobres a criar e desenvolver uma ampla variedade de sistemas informais e comunitários para suprir suas necessidades financeiras”.

O acesso ao microcrédito é um fator importante para ser destacado neste contexto, é destinado a um coletivo circunscrito de pessoas definido por sua baixa renda e pelas dificuldades de acesso ao crédito nos bancos convencionais. O banco comunitário visa dar credibilidade a quem já não enxerga mais possibilidades de conseguir uma renda. Para enfatizar melhor podemos observar o conceito de Brau e Woller, (2004), Morduch, (1999), que fala sobre as estruturas coletivas de gestão e os métodos de contratação e cobrança de empréstimos baseadas nas relações de proximidade, as quais parecem mais adequadas às normas e regras formais e institucionais que os bancos instituídos pelo modelo econômico atual têm em relação à concessão de empréstimos para a população de baixa renda.

O intuito dos bancos comunitários é desenvolver econômica e socialmente as cidades com os menores potenciais para crescimento e desenvolvimento territorial e econômico de modo solidário e participativo, com o qual o indivíduo pode adquirir o crédito criar seu empreendimento e propiciar uma maior circulação da moeda local que automaticamente faz a economia local aumentar.

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) apresentam-se como uma prática que tem por finalidade a assistência às economias de territórios empobrecidos, com o intuito de auxiliar as iniciativas tanto individuais quanto coletivas de trabalho e renda, além do desenvolvimento local (MELO NETO e MAGALHÃES, 2009).

4.1 Contextualização do município de Igaci

Segundo a Prefeitura Municipal de Igaci e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a cidade de Olhos D'água do Accioli (atualmente Igaci) nasceu em um pé de serra, local onde jorrava, e atualmente ainda jorra, uma boa fonte de água. Como já é uma característica do ser humano fixar-se próximo a locais mananciais e também despertando através de sua grande natureza, índios foram os primeiros a se abrigarem neste local, após alguns anos negros e brancos também habitaram.

Seu nascimento ocorreu no século XIX em meados dos anos 50 e 60, justamente em um período que Alagoas passava por uma crise em sua área litorânea, pois perdia suas riquezas naturais para a exploração florestal. Com isso, os portugueses encontraram em Igaci um lugar rico em beleza natural e hospitalar para ficarem fixados.

De acordo com o IBGE, os primeiros que contribuíram para o rápido desenvolvimento daquela comunidade foram Serapião Sampaio, Santos Silva, capitão Bartolomeu de Souza Vergueiro, Justino Luiz, as famílias Torres e Tomas de Albuquerque

e Carlos Pontes, que se tornou, há algum tempo depois, um nome notável da literatura e da política nacional.

Ainda segundo informações do portal da Prefeitura de Igaci, a Lei Estadual nº 428 de 15 de junho de 1904 elevou Olho D'água do Acioli ao nível de vila, como distrito judiciário de Palmeira dos Índios. Nesse mesmo tempo, teve seu nome alterado para Igaci que, em língua indígena significa “Olho D'água”.

Igaci apresenta uma área territorial equivalente a 334,754 km² e sua população é estimada em 25.649 habitantes, segundos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), fica no agreste alagoano e a uma distância de 152,7 km da capital Maceió.

Referente ao Índice de desenvolvimento Humano, IDH, a cidade de Igaci ficou em 55º no ranking dos municípios alagoanos com 0,564 (IBGE,2010). A economia do município de Igaci é uma economia de baseada na criação de pequenos rebanhos de caprinos, ovinos, bovinos, aves, agricultura familiar, piscicultura, apicultura e empregos públicos municipal e estadual.

4.2 Banco Comunitário Olhos D'água

Localizado no município de Igaci, na mesorregião agreste do estado de Alagoas, BR. O município que tem população estimada de 25.649 habitantes apresenta IDHM de 0,564, com um índice de pobreza de 53,63%, tratando-se de uma região predominantemente rural e com grande presença da agricultura familiar voltada para o próprio sustento e comercialização em programas instituídos pelo Poder Público para aquisição dos alimentos produzidos, como também comercializados em mercados e feiras livres (IBGE, 2010).

O interesse pela implantação do banco surgiu a partir do contato da incubadora tecnológica de economia solidária da Universidade Federal de Alagoas (ITES/UFAL) com a Associação de Agricultores Alternativos (AAGRA) e foi desenvolvido pela ITES/UFAL por meio do projeto Economia Solidária no agreste alagoano: incubação de empreendimentos de finanças solidárias e comercialização da agricultura familiar, o desenvolvimento contou como o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (LEAL, 2016).

Em meados de 2015, foi iniciado o processo de incubação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Olhos D'água, de modo que foi oferecida à população envolvida

formação para que ela pudesse compor e se inserir nesse nova proposta de desenvolvimento comunitário. A parceria da ITES/UFAL com a AAGRA foi essencial para o desenvolvimento do projeto, e que visou o sucesso da sua inauguração em 2016. Como vimos na definição de Bancos Comunitários de Desenvolvimentos (BCDs), citadas no item anterior, o Banco Olhos D'água tem o mesmo propósito de facilitar o acesso ao crédito às pessoas que por algum motivo são excluídas do mercado formal de microcrédito da região.

A moeda social utilizada pelo banco é denominada Terra, que para sua inclusão no mercado foi criada uma política de descontos em farmácias, mercadinhos para quem comprasse com a moeda social, o banco também promove sorteio de produtos da feira da agricultura familiar da cidade para aqueles que fizerem o uso da moeda também nas compras da feira.

As linhas de crédito foram pensadas de acordo com a necessidade do município e são divididas em três, de uma forma bem abrangente, são elas: linha de agricultura e pecuária; comerciantes e economia popular e consumo, todas elas com juros abaixo do oferecido pelo mercado comum, o seu sistema de avaliação para liberação de crédito é baseado nas condições do requerente (BASTO, SILVA, SANTANA, 2016). O banco ainda não consegue disponibilizar uma grande linha de crédito, pois começou com um pequeno montante que não supre a demanda dos projetos. Segundo Leal e Almeida (2016) podemos observar que:

No que diz respeito à mobilização de recursos, observa-se que o montante captado, através do projeto de Bancos Comunitários executado pela ITES/UFBA, é limitado, na medida em que o valor disponibilizado para constituição do fundo de crédito (30 mil Reais) não é capaz de financiar de forma efetiva empreendimentos produtivos, por um longo período, pois há a necessidade de um volume maior de recursos para proporcionar financiamento, especialmente às atividades produtivas. Esse fator pode limitar a capacidade de o banco comunitário fortalecer a oferta de bens e serviços na própria comunidade. Nesse sentido, trata-se de um desafio que está posto, qual seja, desenvolver a capacidade de mobilizar recursos do próprio território, através da venda de serviços e da articulação com outras instituições que possam operar de forma conjunta, inclusive aportando outros serviços distintos do microcrédito, tais como poupança e microsseguros (LEAL e ALMEIDA, 2016 p.160).

O banco conseguiu a atuação de grande parte da população em geral no seu primeiro ano de funcionamento e conta com diversos números de projetos aprovados, possibilitando a amenização de alguns problemas dos pequenos agricultores, artesãos etc. Vale ressaltar que o banco faz o acompanhamento do empreendimento observando se ele trouxe resultados positivos e divulgando suas perspectivas de crescimento, para a população o

banco já é visto como um ente querido com o qual a população pode sempre contar com sua solidariedade para resolver ou propor soluções às dificuldades encontradas.

As relações entre ações da inovação social com as iniciativas de finanças solidárias voltadas ao microcrédito definidas a partir dos processos da inovação social são especificadas por André e Alexandre (2006) da seguinte forma:

Parece ficar claro que se trata efetivamente de um exemplo de inovação social, na medida em que são satisfeitos os três requisitos sugeridos: i) a satisfação de necessidades humanas não satisfeitas por via do mercado (o acesso ao crédito); ii) a promoção da inclusão social (dos beneficiários tanto do crédito como dos empregos adicionais gerados); e iii) a capacitação dos beneficiários (através da aquisição de competências e conhecimentos, reforço da auto-estima e melhoria do estatuto social), desencadeando uma mudança, mais ou menos intensa, das relações de poder em que estes se encontram envolvidos (designadamente, reduzindo a sua vulnerabilidade face aos processos de mercado e a sua dependência face a outras instituições públicas ou do terceiro sector) (ANDRÉ & ALEXANDRE 2006, p. 138).

De acordo André e Alexandre (2006), as finanças solidárias presentes nas iniciativas dos bancos comunitários como acesso ao microcrédito atendem especificamente às características e aos processos da produção da inovação social.

5 ANÁLISE DE DADOS

Neste ponto do trabalho, foi realizada uma verificação dos dados coletados a partir das entrevistas realizadas com agentes de crédito, membro do conselho gestor do Banco Comunitário de desenvolvimento (BCD), comerciantes locais, clientes do banco e integrantes da ITES/UFAL e leituras das atas do BCD Olhos D'água.

5.1 Entrevistas

A idealização do Banco Comunitário Olhos D'água dá-se a partir do projeto do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico (CNPq) como explicam Leal e Almeida, (2016)

Esse projeto se inscreve no âmbito dos trabalhos da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária da Universidade Federal de Alagoas (ITES/UFAL), Campus Arapiraca, através do projeto Economia Solidária no agreste alagoano: incubação de empreendimentos de finanças solidárias e comercialização da agricultura familiar, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ademais, integra as ações realizadas pela Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (ITES/EAUFBA), em que executa a política pública de finanças solidárias na região nordeste do Brasil, financiada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE), apoiando 20 bancos comunitários e criando 10 novos, deste modo, a incubação do Banco Comunitário Olhos D'água está compreendida nessas ações (LEAL & ALMEIDA, 2016, p.114).

A abertura do BCD teve como marco inicial a contemplação do edital da Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão (FAPEX) Universidade Federal da Bahia (UFBA), concedendo o valor de R\$ 30.000,00. Assim, iniciam-se os trabalhos de concessão de crédito na comunidade, sendo o primeiro Banco Comunitário do estado de Alagoas. A ITES/UFAL esteve presente em todos os momentos do BCD, desde a sua ideia de criação em 2015 até o atual momento, como ente participativo do conselho gestor. O papel da ITES neste empreendimento é o de auxiliar nas demandas de gestão, além de ter possibilitado o ingresso das agentes de crédito do BCD como bolsistas incluídas no projeto do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC).

O FUNDAF foi selecionado como instituição gestora do banco com o apoio da AAGRA, além disso criou-se o Conselho Gestor composto por dois representantes de cada associação de agricultores do município, sendo elas a AAGRA e a Federação Das Associações Comerciais De Igaci (FACOMIG); o FUNDAF; a Feira de Agricultura Familiar; o Curso de Agroecologia, e; a ITES. Esses representantes foram os responsáveis

pela divulgação e propagação da moeda, e sua metodologia de circulação, para as associações, grupos produtivos e agricultores de modo geral, a fim de que eles pudessem usufruir do trabalho do BCD. Ademais, foram realizadas diversas articulações com os comerciantes locais para aceitação da moeda em seu estabelecimento, propiciando assim a circulação da moeda terra.

O conselho gestor tem um papel fundamental para que o BCD funcione de acordo com os seus objetivos, ele tem total autonomia para a tomada de decisão dentro do BCD, além de ter o papel de fiscalizar e orientar no funcionamento do BCD.

A entrevistada 1 participou do processo de implantação do BCD, é membro do Conselho Gestor e representante da entidade Gestora do Banco o FUNDAF, ela conta como é feito esse trabalho do conselho, desde a sua formação:

Nesse processo de iniciação do banco se deu a fundação do conselho gestor representada por dois membros de cada segmento, e o conselho gestor se reúne mensalmente, hoje o conselho se reúne toda terceira quinta do mês, o conselho gestor tem o papel de fazer o controle social do banco de acompanhar de monitorar como está o funcionamento do banco, e também de apresentar sugestões, contribuições para a realização dos serviços, existe um conselho de avaliação para dar seguimento às análises das propostas de crédito a serem aprovadas pelo banco (Questionário 2, perguntas 2).

O objetivo do banco é oferecer serviços de finanças solidárias para o município, e promover o desenvolvimento local a partir desses serviços com a circulação da moeda local. Além disso, outro objetivo que o banco almeja é o de alcançar um padrão autossustentável financeiro, que venha a cobrir todas as despesas e investimentos, não dependendo apenas do capital inicial conseguido através de edital. Sob esse aspecto, conforme apontado nas entrevistas, o salário das agentes de crédito que inicialmente era pago através de bolsas do PRONINC, após o término do projeto, foi arcado pela Prefeitura de Igaci. A partir da articulação com a prefeitura, que entende o BCD como uma ferramenta de extrema importância para o desenvolvimento local, foi concedido espaço no conselho gestor do banco, sendo o poder municipal representado por meio da Secretaria De Indústria Comércio e Desenvolvimento. Assim, que seria destinado ao pagamento das agentes, por parte do banco, foi direcionado ao fundo de crédito rotativo, podendo o BCD atender mais pessoas e, conseqüentemente, gerar mais impacto positivo na comunidade.

O Banco Comunitário Olhos d'água possui três linhas de créditos sendo elas: Linha 1, crédito Produtivo; Linha 2, crédito de Comércio, e; Linha 3, crédito de consumo ou crédito emergencial. Essas linhas possuem diferentes valores, parcelas e juros, como pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 2 - Política de crédito do BCD Olhos D'água

POLÍTICA DE CRÉDITO BCD OLHOS D'ÁGUAS					
LINHA DE CRÉDITO	VALOR	PARCELAS	JUROS	CARÊNCIA	TAC
Para Consumo (Crédito Emergencial)	Até R\$ 100,00	Até 2 vezes	0%	Sem Carência	3%
Para Agricultura Familiar (Crédito Produtivo)	Até R\$ 1000,00	Até 8 vezes	2% a.m	1 mês	0%
Para Comerciantes e Economia Popular (Crédito Comercial)	Até R\$ 500,00	Até 5 vezes	2% a.m	Sem Carência	0%

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas e documentos.

A entrevistada 1 fala das linhas de crédito e de qual mais se tem procura no BCD:

Nós temos 3 linhas de crédito a principal é o crédito produtivo que vai de 100 a 1000 com juros de 2% ao mês tem dois meses de carência e a pessoa precisa ser agricultor. Essa é a principal linha de crédito porque a maioria dos créditos solicitados é nessa linha. No crédito produtivo a primeira solução é até 500 reais na segunda vez é que pode ser solicitada até 1000, a outra linha de Crédito para o comércio ela não tem carência porque o comércio ele dá retorno mais ligeiro, os juros são menores e o valor pode ser até 500 reais, e nós temos também o crédito de consumo que a gente chama de crédito emergencial, que é mais assim pra uma situação tipo acabou o gás, precisa comprar algum remédio que ai essa última ela não precisa ser avaliada pelo conselho de avaliação de crédito as gentes elas podem liberar, o valor é até 100 e não tem juros, porém eles pagam uma taxa administrativa de 3% então é só isso (Questionário 2, pergunta).

Ainda sobre os créditos concedidos pelo BCD, as agentes de crédito têm por função, também, acompanhar e verificar a utilização do crédito de acordo com o que foi solicitado. Essa ação ocorre por meio de visitas, ligações e, inclusive, registros fotográficos, para comprovar de fato a destinação dos recursos concedidos, sendo prerrogativa para essa concessão a utilização produtiva, ou seja, o cliente deve investir em algo que possa lhe dar retorno econômico e/ou social.

O BCD dispõe de características diferenciadas dos bancos comuns que oferecem crédito a população em geral, mas não só pelo fato da taxa de juros ser menor, e do modo de conseguir o crédito, e sim pelo atendimento singularizado, pelo fato de não ter objetivo de lucrar, tem propósito de beneficiar a comunidade, no qual estes são tratados como parte integrante da família do BCD.

A entrevistada 2, é bolsista da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários – UFAL faz parte do projeto que faz o acompanhamento do Banco Comunitário, e diz acreditar que o banco funciona bem como empreendimento solidário e que também possui traços de inovação social:

O banco comunitário não tem o objetivo de um banco comercial. O banco comercial tem como objetivo o lucro para ele. E o banco comunitário, não. Está visando o bem comum da comunidade, então é um banco do povo, oferece crédito, mas com uma taxa de juros muito baixa. Então assim, esse banco está tendo uma prática muito sustentável, e está ajudando a população. A gente ver muitos casos de clientes do banco que chegam lá e falam “nossa! Que bom que tem esse banco aqui”. É o maior amor com as agentes de crédito, vão lá, abraçam, conversam, choram, desabafam, com seus problemas pessoais. Então se tornou algo bem da comunidade, e esse objetivo foi atingido. Em que as pessoas veem o banco como da comunidade. Talvez por isso que muitos não se interessem tanto em fazer parte, como os comerciantes que não aceitam a moeda, porque todo mundo sabe que sempre tem aquele que está se dando muito bem no capitalismo, e rejeitam e desprezam quem é mais simples, quem é mais da comunidade, por que esse é o objetivo do banco. O Banco comunitário não está querendo atrair ricos e poderosos. O banco quer a comunidade, ele quer ajudar, ele não está querendo ter lucro em cima da comunidade, ele está querendo ajudar a comunidade. E a gente ver que é uma coisa tão interessante que você ver no papel e acha que não dar certo, mas dá! É uma experiência que a gente está vendo, é um ano que está dando certo, e ele tem tudo para continuar crescendo. (Questionário 1, pergunta 5).

O BCD iniciou seus trabalhos com a quantia de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para o fundo de crédito, recursos com origem no edital público executado através da FAPEX, hoje com pouco mais de um ano de funcionamento o banco já ofertou em torno de R\$ 71.000,00 (setenta e um mil reais) em crédito, segundo o relatório de suas agentes, o banco não tem fundo fixo, o dinheiro que entra é sempre rotativo, quando um usuário paga uma parcela do seu débito já tem outro esperando para retirar o crédito, é importante ressaltar que o banco não recebeu nenhum outro recurso financeiro além dos R\$ 30.000,00. Não existe nenhuma outra fonte de arrecadação no banco a não ser os empréstimos, mas a gestão do banco está à procura de meios que possam auxiliar nessa fonte de renda, uma ideia futura é a de o BCD possa ser um correspondente bancário.

A agente de crédito é a entrevistada 3 e comenta sobre a possibilidade de melhoria para o BCD:

Os serviços do Banco são a moeda social e a Concessão de microcréditos, ou extraoficialmente fazer “a ponte” com outros parceiros produtivos. Outros possíveis serviços que poderiam dar sustentabilidade ao banco, poderia ser o correspondente bancário (Questionário, 2).

O banco vem criando vínculos com a população igaciense e por esse motivo a gestão do banco tem um grande receio quanto às solicitações de crédito, como está descrito acima. O banco trabalha com um fundo rotativo que não para com dinheiro acumulado e isso é ótimo mostra como a população está aderindo a nova forma de concessão de crédito, porém a expectativa que o BCD traz para essas pessoas é a de que ele é uma fonte que pode ajudar a todos, e o receio é que um dia seja obrigado a negar o crédito à pessoa não por elas não se encaixarem nos critérios exigidos e sim por o banco não ter o recurso para aquele crédito.

A taxa de inadimplência do BCD é extremamente baixa, não há ainda percentual calculado, mas segundo os dados obtidos nas entrevistas não ultrapassa 2%, o método de controle utilizado é o chamado “SPC Local”, pois para que o crédito seja aprovado o solicitante deve levar uma carta de recomendação da sua associação ou seu grupo produtivo, com um parecer sobre a índole de pagamento do mesmo. E quando acontece algum caso as providências são tomadas para que o débito seja quitado de alguma forma.

A entrevistada 3 relata um caso de inadimplência e qual atitude o banco tomou para solucionar o problema:

Teve um cliente que que solicitou um crédito para investir em uma lanchonete e a lanchonete não deu certo e ai ele atrasou ele pensou em implantar uma lanchonete na frente de uma escola só que ele pensou em um período errado, as escolas estavam de greve e não deu certo, foi uma situação complicada acabou não dando certo e ele não conseguiu pagar as parcelas, ai a gente fez algumas visitas e conversamos com ele e daí ele nos passou alguns dos equipamentos que ele comprou pra lanchonete e a gente vendeu esses equipamentos e conseguimos recuperar parte do dinheiro, e ainda tem uma chapa ali pra vender, temos outra forma também, os agricultores que são vinculados aos grupos produtivos eles fornecem produtos aqui para a aagra, então quando ele atrasa e ele tem alguma coisa para receber da aagra a gente já desconta o valor da parcela neste pagamento que o agricultor receberia da aagra. Mas até hoje ninguém deixou de pagar (questionário 2).

A Moeda social do Banco Olhos D’águas é a TERRA e ele conta com 23 comerciantes que fizeram a adesão da moeda em seus estabelecimentos, alguns desses 23 disponibilizaram descontos em compras com a moeda terra, além desses 23, existem também os comerciantes da feira de agricultura familiar do município que também aceitam a moeda terra. Porém, percebe-se um déficit ainda grande na rotação da moeda dentro do comércio, alguns daqueles que aceitam a moeda não a fazem girar quando chega em um determinado valor apenas fazem a troca da moeda por real, sem utilização da moeda para o troco.

Alguns comerciantes já conseguem enxergar os benefícios que a moeda social traz para a região, acreditam que essa prática sustenta o desenvolvimento econômico local, dizem até já ter surtido efeito em seus negócios, pois percebem que quando o comerciante vizinho não trabalha com a moeda o cliente vai ao estabelecimento dele para comprar, e que com a moeda terra não tem como as pessoas comprarem em outra cidade. Outros, porém, ainda não entendem o que significa ao certo, ou têm medo de repassar a moeda, não faz questão de divulgar a moeda para a população.

A cada dia que passa o BCD vem ganhando credibilidade e visibilidade com a população de Igaci, para confirmar esse fato existe o relatório das agentes de crédito que receberam só no mês de novembro 20 solicitações de crédito. Porém ainda não é possível observar esses fatos em números distribuídos na economia do município, pois o BCD é uma iniciativa recente.

Nota-se que o BDC promove à população novas fontes de renda, incita que o bem-estar social seja propagado, melhorias de vida, promoção de renda para agricultores, jovens, mulheres, e por ser o primeiro banco comunitário do estado de Alagoas vem se destacando como prática de inovação social e finanças solidárias.

5.2 Análise Documental

Através das atas documentadas, dos relatórios, e das fotos, foi possível observar a periodicidade das reuniões do conselho, enxergar como funciona esse modelo de gestão compartilhada, os empreendimentos realizados através dos créditos liberados, além de atentar o monitoramento das atividades do BCD.

As reuniões acontecem toda terceira quinta do mês, das 09h da manhã as 12h, os representantes do conselho ouvem primeiramente o relatório, as demandas atuais, e depois discutem em conjunto, buscando chegar a um consenso. Uma situação relatada em ata, foi a mudança do local de funcionamento, que saiu do centro da cidade para a AAGRA, dessa forma ficando livre de pagamentos como aluguel, água, energia e internet, esse fato deixou o banco mais próximo dos clientes vinculados aos grupos produtivos e também aos agricultores, além disso proporcionou uma maior circulação da moeda em alguns dos comércios que aceitam a moeda, pois a barraca de câmbio só funciona às sextas durante a feira da agricultura familiar realizada no centro da cidade, como a AAGRA fica afastada da cidade, a procura pela troca da moeda em real pelos comerciantes diminuiu, ocasionando uma maior circulação da moeda na cidade.

Ao monitorar as atividades do banco o conselho decidiu reinstaurar a política de concessão de crédito com no mínimo 50% do valor cedido ser em moeda TERRA, porque esta prática não estava sendo aplicada, a maioria dos créditos estavam sendo cedidos em real, dificultando a circulação e a propagação da moeda local.

Na apresentação dos relatórios são elaborados os dados percentuais de créditos cedidos, de quais linhas foram solicitadas, da taxa de inadimplência, de qual público alvo é maior nas solicitações. Na última apresentação que se teve acesso, os créditos solicitados por jovens chegavam até 30% do número total, o que para o conselho significa algo positivo, pois mostra que os jovens não querem deixar suas cidades para ir tentar uma forma melhor de vida em terras desconhecidas. As mulheres também mostram grande participação neste aspecto, chegando a quase 60% de solicitações vindas de pessoas do sexo feminino, mais uma conquista para o BCD que torna o espaço mais igualitário e representativo.

Analisando o acervo de fotografias, pôde-se perceber que o acompanhamento pós crédito é feito de forma eficaz, até o atual momento não houve desvio do dinheiro solicitado para algo que já não tivesse previsto na solicitação do crédito, além disso a procura por segundas solicitações também é alta, existem pessoas que já solicitaram o crédito em até três vezes para aprimorar o empreendimento.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mediante as análises realizadas na presente pesquisa, com base em um arcabouço teórico da inovação social, identifica-se diversas características e conceito no Banco Comunitário de Desenvolvimento Olhos D'água. Em Pol & Ville (2009), foram analisados aspectos da inovação social - ver tabela 1 -, presente no BCD.

i) **Objetivo** – melhoria da qualidade de vida

O BCD Olhos D'água surge como alternativa desenvolvimento sustentável das comunidades o município de Igaci, em seus três pilares: o econômico, através da concessão de crédito para uso produtivo; o social, a partir da criação de uma identidade comunitária e pertencimento, ou seja, os integrantes do BCD e a comunidade de uma forma geral (clientes e comerciantes), tomam ciência da importância de seus papéis enquanto agentes responsáveis pela construção de uma realidade mais solidária, e o ambiental, com o incentivo das agentes de crédito para que os clientes utilizem seus créditos para compra de insumos agroecológicos, além da participação do curso de agroecologia no conselho gestor do banco.

ii) **Valor** – bem-estar social

O bem-estar social das comunidades em Igaci, que está intrinsecamente ligado a melhoria na qualidade de vida, é caracterizado no BCD ao proporcionar: primeiro, na geração de trabalho e renda, de forma direta aos colaboradores do banco, e de forma indireta a seus familiares e também a diversos membros da comunidade, com uma cadeia de desenvolvimento (empréstimo – uso produtivo – dinamização do comércio local – geração de trabalho e renda); segundo, por oferecer um melhor padrão de vida, não apenas financeiro, mas também em aspecto social, através da intensificação das relações intersociais.

iii) **Lócus** – comunidades

As estratégias do BCD são inteiramente pensadas em prol da comunidade. Tomando como exemplo a estratégia de dinamização do comércio local, através da restrição do uso da moeda social no município de Igaci; fomento a cultura solidária no

município, e; o envolvimento dos integrantes da comunidade em todas as etapas de construção do projeto.

iv) **Processo** – em construção

O BCD, ainda é uma organização em pleno processo de construção de seus aspectos estruturais e metodológicos, que como em grandes partes dos empreendimentos, apresenta dificuldades financeiras e estruturais. Pode-se identificar como diferencial do BCD, para os demais empreendimentos de mercado, que assim como na inovação social a um processo integralizador de atores comprometidos com o desenvolvimento econômico-social e ambiental coletivo.

v) **Proteção** – ampla disseminação

Os conceitos de “patente” ou “segredo de empresa” não fazem sentidos, em uma lógica de mercado, no BCD. O banco tem como uma de suas prerrogativas a disseminação de sua metodologia solidária, característica essa vinda da econômica solidária. Entende-se que quanto mais bancos comunitários forem criados, mais forte se torna o movimento.

A partir das entrevistas e da análise documental, bem como, o embasamento teórico, foi possível identificar o modelo de gestão utilizado no BCD e os principais desafios em sua gestão.

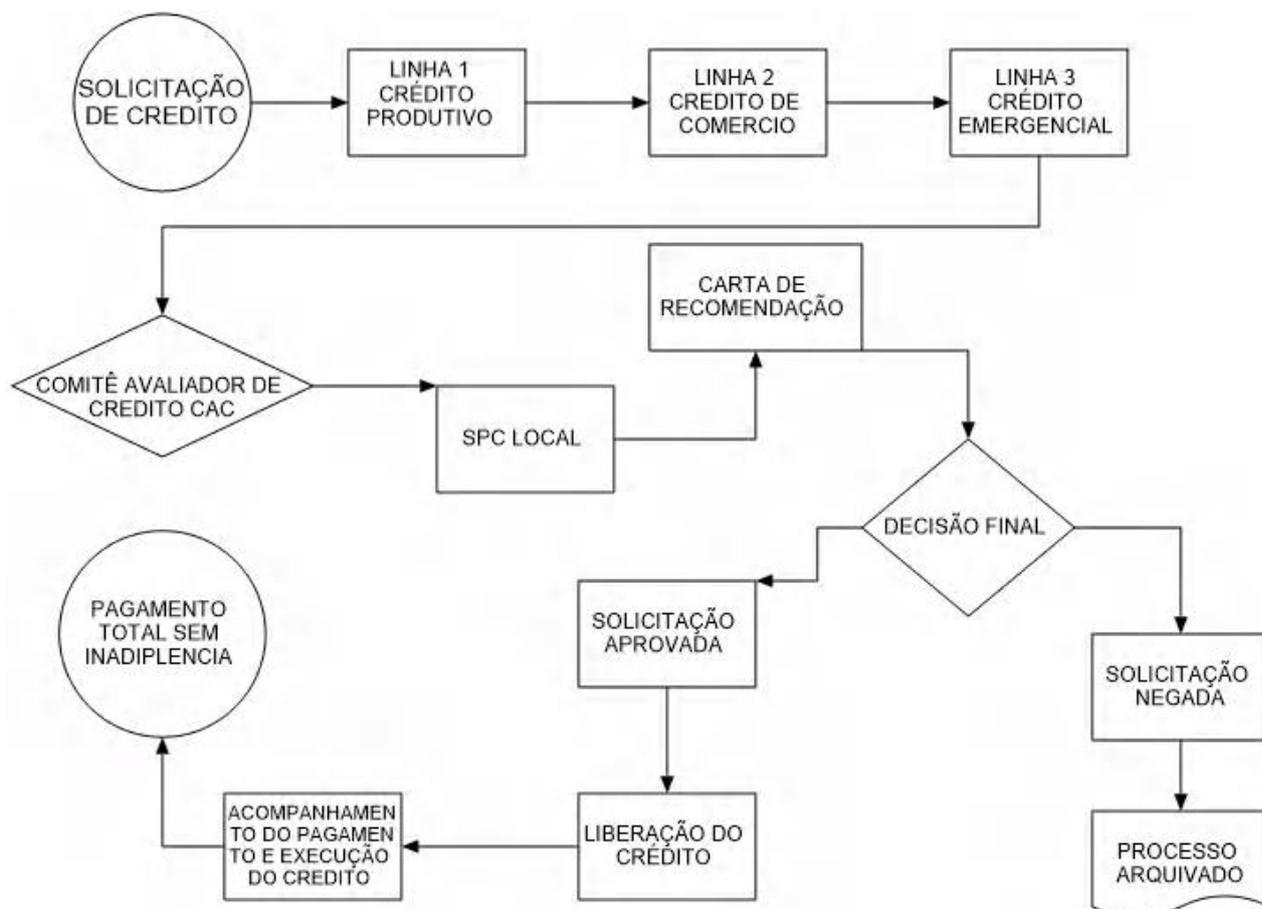
O modelo de gestão do BCD Olhos D’água, de forma macro, assim como demais bancos comunitários de desenvolvimento, está centrado numa dimensão de compartilhamento, sendo gerido de forma compartilhada com organizações de feição comunitária, como demonstrado na análise de dados (AAGRA, FACOMIG, FUNDAF, Feira de Agricultura Familiar; Curso de Agroecologia e ITES). Outro aspecto identificado, é um acentuado controle social, exercido de forma direta através da participação no Conselho Gestor, e também de forma indireta pelo clientes e comerciantes. De forma micro, podemos analisar o modelo de gestão do BCD, segundo sua finalidade de promoção de desenvolvimento, a partir do seu produto – concessão de créditos para uso produtivo. Assim, durante a pesquisa foi possível mapear o processo de concessão de crédito, identificando alguns aspectos que representam desafios ao modelo de gestão do banco.

No modelo de gestão, valorizando o aspecto macro de compartilhamento e controle social, o cliente só pode solicitar crédito junto ao BCD Olhos D’água a partir do encaminhamento de uma organização parceira, como Feira dos Agricultores ou AAGRA.

Com o encaminhamento, o cliente faz sua solicitação de crédito em uma das linhas existente no banco, que é analisada pelo Comitê Avaliador de Crédito (CAC). O Comitê se reúne mensalmente, para aprovação ou arquivamento da solicitação, analisando a carta de recomendação e o SPC local, que consiste na realização de um levantamento de informações, em associações e no comércio local, sobre o histórico de pagamento do cliente. Após a análise, decidindo-se pela aprovação, notifica-se ao cliente a data que será feito o empréstimo, e com a liberação do crédito, realiza-se a etapa de acompanhamento de seu uso, até a etapa final, que é a de pagamento do empréstimo. Caso a decisão seja negar, arquivar-se o pedido e notifica-se o cliente.

Para facilitar a assimilação desse processo, podemos observar a figura a seguir.

Figura 1 - Fluxograma de solicitação de crédito BCD Olhos D'água



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados das entrevistas.

O encaminhamento que o cliente leva até o banco, para solicitação de crédito, é analisado como ponto positivo, pois valoriza o poder de atuação da população e incentiva

uma maior aproximação entre BCD e comunidade, validando o aspecto macro de controle social de seu modelo de gestão.

Em relação à periodicidade de reunião do CAC para avaliação das solicitações de crédito, identifica-se uma dificuldade, centrada no tempo de resposta às solicitações. Entretanto, durante as entrevistas pode-se identificar uma justificativa a esse tempo de avaliação, que é o pouco recurso disponível para empréstimo, ou seja, apesar da crescente demanda, o banco não tem aporte financeiro. Assim, por mais que o CAC realizasse reuniões semanais ou quinzenais, não poderia aumentar o fluxo de empréstimo.

O acompanhamento do uso do crédito, apesar de não se estender a todos os clientes, por uma questão de logística e de infraestrutura de pessoas do BCD, é uma iniciativa viável, no aspecto de controle e, também, de incentivo ao uso produtivo.

Desse modo, entende-se que os principais desafios, não só inerentes ao modelo de gestão do BCD Olhos D'água, mas em todos seus aspectos, se reflete na falta de diversificação de ações que gerem valor ao banco. A falta de recursos não se caracteriza como o problema que inviabiliza um maior crescimento do banco, se caracteriza como consequência da falta de planejamento estratégico para desenvolvimento de novas receitas, além dos juros obtidos dos empréstimos. Outro desafio identificado, é a superação de impasses ou conflitos internos, mais precisamente no Comitê Gestor, que por ter uma pluralidade de atores e um largo espaço de tempo entre as reuniões, considerando as demandas do banco, nem sempre chegasse a um consenso de decisões estratégicas.

Sobre essas estratégias, existe uma proposta de intervenção, realizada pelo banco em conjunto com a prefeitura local, para que os salários dos servidores possam ser pagos, até 35%, com a moeda social. Inicialmente, foi realizado um seminário para debater a importância da existência de um BCD no município, no qual contou com a participação de membro de outros bancos comunitários do Nordeste, para exemplificar o que aconteceu no município após a chegada do BCD. O seminário teve como finalidade integrar os comerciantes sobre os benefícios possíveis com a utilização da moeda local, além do debate sobre parte do pagamento dos salários em moeda social.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os empreendimentos solidários já são realidades no meio social e são práticas que visam o desenvolvimento sustentável. É perceptível que as desigualdades sociais e econômicas assolam grande parte da sociedade, e quando nem o Estado, nem o comércio conseguem trazer mais igualdade, surgem novas práticas criativas que objetivam equalizar essa situação.

A abordagem dessa pesquisa buscou traçar um quadro geral sobre as características da inovação social presentes em um empreendimento solidário, o Banco Comunitário de Desenvolvimento Olhos D'água, localizado no município de Igaci em Alagoas. Para tanto, foram necessários à utilização dos instrumentos de pesquisas como, questionários, entrevistas, análise documental e pesquisas bibliográficas.

Durante a pesquisa, foi constatado que há presença de diversas características, trazidas pelo arcabouço teórico da inovação social nesse empreendimento de economia solidária, identificado através dos benefícios que promove para comunidade local. Tendo como objetivo a melhoria na qualidade de vida o banco surge como alternativa para o desenvolvimento sustentável em seus três pilares: econômico, social e ambiental, a comunidade tem ciência a importância de seus papéis como agentes responsáveis pela construção de uma realidade mais solidária.

O valor está ligado diretamente a qualidade de vida, e é possibilitado através da geração de trabalho e renda, por meio dos empreendimentos iniciados ou aprimorados com a concessão de crédito pelo BCD e, também, ao proporcionar uma forma de desenvolvimento sustentável, ainda que em pequena escala.

Quando se fala em *Lócus*, o empreendimento apresenta estratégias voltadas para a comunidade na qual ele está inserido, buscando o desenvolvimento econômico e envolvendo os membros da comunidade em todas as etapas do projeto que ainda encontra-se em processo de construção, o que mostra o comprometimento de todos os atores para a melhoria e fomento econômico social e ambiental coletivo.

A proteção é caracterizada como a ampla disseminação da sua metodologia solidária, já que o conceito de segredo de empresa não faz sentido para empreendimentos solidários, quanto mais bancos comunitários criados, maior a força do desenvolvimento.

É perceptível o distanciamento de alguns aspectos entre inovação tecnológica e social, traduzidos nas próprias ações do BCD, como: o sistema de crédito ofertado, a

relação interpessoal, o controle social, a criação ou fortalecimento de uma identidade local, dentre outros.

Entretanto, são notórios alguns impasses ao modelo de gestão do banco, como a presença da dificuldade de planejamento estratégico para desenvolvimento de novas receitas, da qual seria uma possível melhoria o aumento na frequência de reuniões voltadas à formulação de alternativas de obtenção de receita, a exemplo do banco comunitário de desenvolvimento fornecer serviço de correspondente postal.

Outro problema identificado foram os impasses e conflitos internos, o que poderia ser uma possibilidade de melhoria a realização de uma pesquisa de clima organizacional, para inicialmente diagnosticar com mais precisão os pontos de conflitos, e assim, poder formular uma estratégia de intervenção.

Contudo, inserção da comunidade nas atividades diretas e indiretas do BCD, emerge como uma estratégia importante para o desenvolvimento local. Traduzindo dessa forma, seu modelo de gestão compartilhado, que envolve diversos atores da região de forma coletiva e democrática. Desse modo, o BCD é um empreendimento que vem obtendo resultados positivos em meio a população igaciense, com potencial de se tornar sustentável, e assim, apesar dos desafios, o banco vem cumprindo seus objetivos e buscando sempre propiciar o melhor para sua comunidade.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Isabel; ABREU, Alexandre. **Dimensões e espaços da inovação social**. Finisterra, XLI, 81, 2006. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/projectos/pis/wp-content/uploads/2014/01/As-dimens%C3%B5es-inova%C3%A7%C3%A3o-Social_Andr%C3%A9Abreu.pdf>. Acesso em: 23 set. 2017.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. v. 2 n. 1 p. 68-80, 2005. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/%2018027/16976>>. Acesso em: 08 jul. 2018.
- BRAU, James C; WOLLER, Gary M. Microfinance: A comprehensive review of the existing literature. **Journal of Entrepreneurial Finance and Business Ventures**. v .9, p. 1-26, 2004.
- BIGNETTI, Luiz Paulo. As inovações sociais: uma incursão por idéias, tendências e focos de pesquisa. **Revista das Ciências Sociais, São Leopoldo**. v. 47, n. 1, p. 3-14, jan./abr. 2011.
- BOUCHARD, Marie J. Social innovation, an analytical grid for understanding the social economy: the example of the Québec housing sector. **Service Business Journal**, v. 6, n. 1, dez. 2011.
- CERVO, Amando Luiz; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Precegnice Hall, 2002.
- DADOS municipais. Portal da prefeitura municipal de Igaci. Disponível em: <<http://www.igaci.al.gov.br/>> Acesso em: 14 out. 2018.
- DAGNINO, R. BRANDÃO, F. C. NOVAES, H. T. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2004.
- DRUCKER, Peter Ferdinand. **Inovação e espírito empreendedor**. São Paulo: Pioneira, 1987.
- FARFUS, D.; ROCHA, M. C. de S. “**Inovações sociais**”. Curitiba: SESI/SENAI/ IEL/UNINDUS, 2007. p. 3-34. (Coleção Inova, II).
- FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002.
- FRANÇA FILHO, G. Inovação social e incubação tecnológica em economia solidária: na fronteira de um outro paradigma em CT&I. In: Addor (Org.) Incubadoras **Tecnológicas de economia solidária: concepção, metodologia, prática e avaliação**. Rio de Janeiro: Nides/UFRJ, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Campos Elísios - São Paulo: Atlas, 2008

HELLSTRÖM, Tomas. Innovation as social action. **Organization**, v. 11, n. 5, p. 631 - 649, 2004.

HESPANHA, Pedro. Et al. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina Sa, 2009.

HUBER, J. Limiting the system and reshaping lifestyles: solving unemployment by social and technical innovations. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 15, n. 1, p. 37 - 54, 1979.

JAMRA, Diogo. **Finanças Solidárias**. NESOL, 2011. Disponível em: <<http://cirandas.net/nesol-usp/biblioteca/financas-solidarias>> Acesso em: 11 set. 2018.

JULIANI, Douglas Paulesky et al. Inovação social: perspectivas e desafios. **Revista Espacios**, v. 35, n. 5, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003

LEAL, Leonardo Prates; SUZANNY Carla Santos Almeida. Incubação de iniciativas de finanças solidárias: perspectivas da gestão coletiva dos bens comuns do Banco Comunitário Olhos D'Água em Igaci, Alagoas. **Revista NAU Social**. v.7, n.12, p. 143-162 Maio/Out 2016.

LEAL, Leonardo Prates. Incubação de bancos comunitários de desenvolvimento: contribuições da gestão coletiva dos bens comuns para as finanças solidárias. In: XI SEMINÁRIO INTERNACIONAL PROCOAS. **Anais...** Uruguay, 2015.

LEAL, Sayonara; VARGAS, Eduardo Raupp de. Entre associativismo e regimes de engajamento: reflexões acerca do conceito de inovação social para pensar políticas públicas de inovação. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 19, n. 37, p. 349-369, 2014. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/6276/5229>>. Acesso em: 13 set. 2017.

LÉVESQUE, B.; MENDELL, M. **L'économie sociale au Québec**: éléments théoriques et empiriques pour le débat et la recherche. Paris: Cahiers du Crises, 1999.

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista Semi-estruturada: Análise de Objetivos e de Roteiros**. Depto de Educação Especial do Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Estadual São Paulo (UNESP), Marília, SP. 2004. Disponível em: <<http://www.sepq.org.br/IIsipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>>; Acesso em: 18 de nov. de 2017.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**: edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de; MAGALHÃES, Sandra. **Bancos comunitários**. Brasília: IPEA, 2009.

MORDUCH, Jonathan. The Microfinance Promise. **Journal of Economic Literature**. v. 37, p. 1569-1614, 1999. Disponível em <<https://pdfs.semanticscholar.org/6a58/4f3fbc4c5333825ce0a8e8a30776097c81c5.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2017.

MULGAN, Geoff. et al. **Social innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated**. London: Skoll Centre for Social Entrepreneurship, 2004.

MURRAY, Robin; CAULIER-GRICE, Julie; MULGAN, Geoff. **The open book of social innovation**. London: NESTA/The Young Foundation., 2010. Disponível em: <www.nesta.org.uk/publications/assets/features/the_open_book_of_social_innovation>. Acesso em: 18 dez. 2017

NEVES, José Luís. Pesquisa qualitativa características uso e possibilidades. **Caderno de Pesquisa em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p.1-5, jun. 1996. Disponível em: <http://ucbweb.castelobranco.br/webcaf/arquivos/15482/2195/artigo_sobre_pesquisa_qualitativa.pdf>. Acesso em: 09 out. 2017.

OCDE. Organizações para Cooperação Econômica e Desenvolvimento. **Manual de Oslo**: Proposta de diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica. 2. ed. Paris: OCDE. 1997

PANORAMA, pesquisas, histórias e fotos do município de Igaci em Alagoas. IBGE. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/igaci>>. Acesso em: 12 nov. 2017

POL, Eduardo; VILLE, Simon. Social Innovation: Buzz Word or Enduring Term? **The Journal of Socio-Economics**, 6, v. 38, p. 878-885, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.socec.2009.02.011>> Acesso em: 15 nov. 2017.

RAMOS, Márcia Maria Gil. **Gestão Estratégica e Inovação Social**: um estudo de caso em uma organização da sociedade civil. 2017. 113f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

RIGO, Ariádne Scalfoni; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LEAL, Leonardo Prates. "Bancos comunitários de desenvolvimento na política pública de finanças solidárias apresentando a realidade do Nordeste e discutindo proposições, **Desenvolvimento em Questão**, Editora Unijui, n. 31 p. 70-107, 2015.

SANTOS, Adriana B. A. dos; FAZION Cintia B.; MEROE, Giuliano P.S. de. Inovação: um estudo sobre a evolução do conceito de Schumpeter. **Caderno de Administração PUC-SP**, São Paulo, v.1, n.1, 2010. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/caadm/article/view/9014/0>> Acesso em: 09 out. 2018

SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SILVA, Nazaré Márcia. A economia solidária e as novas possibilidades do mundo do trabalho. **Revista Espacios**. v. 35. n. 5. p.13, 2014. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9064> Acesso em: 11 set. 2018.

SINGER, Paul. Economia solidária. **Estud. Av.** v.22, n.62, São Paulo, jan./abr. 2008.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010

WEBER, J. Mark. Social innovation and social enterprise in the classroom: Frances Westley on bringing clarity and rigor to program design. **Academy of Management Learning & Education**, v. 11, n. 3, p. 409 - 418, 2012.

APÊNDICE A – Questionário 1 – Conselho gestor /agentes de crédito

- 1- Como surgiu a ideia de criação do banco comunitário?
- 2- Qual a finalidade/objetivo do Banco Comunitário Olhos D'água?
- 3- Como se deu o processo de constituição/criação do banco comunitário?
- 4- Quais atores participaram desse processo?
- 5- Qual realidade o banco pretende mudar ou contribuir para que ela mude?
- 6- Quem são os beneficiários do banco, ou seja, qual seu público-alvo? Quem tem direito a acessar os serviços do banco, como o crédito, por exemplo?
- 7- Como se dá o acesso aos serviços do banco?
- 8- Quais mecanismos o banco utiliza ou utilizou para que a comunidade se apropriasse do BCD Olhos D'água?
- 9- Como se deu a relação com a universidade no processo de constituição do banco comunitário?
- 10- Como é realizada a gestão do banco comunitário? Quem são os atores que participam dessa gestão?
- 11- Como são tomadas as decisões no BCD?
- 12- Quais foram e quais são as fontes de financiamento do banco?
- 13- Quais linhas de crédito são ofertadas pelo banco? Qual o valor de cada uma delas?
- 14- Além do crédito, o banco oferece algum outro serviço? Se sim, qual(is)?
- 15- Como são analisados os créditos solicitados?
- 16- Quanto tempo leva entre a solicitação do crédito e sua liberação?
- 17- Como é feito o acompanhamento desses créditos?
- 18- Quantos créditos foram liberados até o momento?
- 19- É possível fornecer a soma do montante até o momento liberado?
- 20- Como foi composto o seu fundo de crédito?
- 21- Esse fundo é suficiente para atender toda a demanda de solicitação?
- 22- Caso não, o que tem sido feito para amenizar essa situação? E o que é feito com os créditos solicitados que não é possível atender naquele momento?
- 23- Qual o impacto é causado ao banco pela falta de um fundo de crédito maior?

24- Quais os maiores desafios/dificuldades enfrentados pelo banco desde a sua inauguração?

25- Há casos de inadimplência? De quanto está a taxa de inadimplência?

26- Quais as alternativas/mecanismos são utilizados para recuperar esses créditos?

APÊNDICE B – Questionário 2 – Comerciantes

1. Qual seu setor de atuação?
2. Conhece o BCD Olhos D'água? Se sim, como o conheceu?
3. O senhor sabe como acessar os serviços ofertados pelo banco comunitário?
4. O seu estabelecimento aceita ou aceitaria receber a moeda social? Por quê?
5. Na sua opinião, a moeda social contribui para o desenvolvimento local?
6. Já fez algum tipo de empréstimo junto ao BCD Olhos D'água?
7. Como você avalia a importância do BCD Olhos D'água para o desenvolvimento da região?
8. O senhor conhece a política de concessão de crédito do BCD Olhos D'água?
9. Quais os pontos positivos podem ser atribuídos ao BCD Olhos D'água?
10. Quais os pontos negativos podem ser atribuídos ao BCD Olhos D'água?

APÊNDICE C – Questionário 3 – Bolsistas ITES/UFAL

1. Como se deu a participação da universidade no processo de constituição do banco comunitário?
2. Durante o processo de incubação do BCD Olhos D'água, quais as principais dificuldades encontradas?
3. Qual sua opinião sobre o modelo de gestão do BCD Olhos D'água?
4. Em sua opinião, o BCD Olhos D'água é uma iniciativa que tem capacidade de ser um modelo de empreendimento sustentável? Por quê?
5. Na sua opinião, o BCD é um propulsor de inovação Social para o município? Por quê?
6. Quanto ao empreendimento de incubação, o BCD atinge os objetivos iniciais que fomentaram sua criação? Quais foram eles?
7. Quais os pontos positivos podem ser atribuídos ao BCD Olhos D'água?
8. Quais os pontos negativos podem ser atribuídos ao BCD Olhos D'água?
9. Qual o papel/importância do BCD para a população de Igaci?

APÊNDICE D – Fotos da visita Ao Banco Comunitário Olhos D'água

Fotografia 1 – Banco comunitário Olhos D'água



Fonte: Elaboração Própria (2017)

Fotografia 2 – Banco comunitário Olhos D'água



Fonte: Elaboração Própria (2017)

Fotografia 3 – Acompanhamento do crédito feito pelas agentes de crédito do BCD



Fonte: Elaboração Própria (2017)

Fotografia 4 – Lista de comerciantes que trabalham com a moeda local



BANCO COMUNITÁRIO OLHOS D'ÁGUA
MOEDA SOCIAL: "TERRA"



Empreendimento cadastrado	Desconto
Farmácia do Trabalhador Popular	5%
Farmácia do Trabalhador	10%
Magazine Dois Unidos	5%
Papelaria Arco íris	5%
Drogaria Romisa	5%
Moto Peças Igaci	5%
3 M (agropecuária)	—
Agropecuária Nossa Sra. Da Saúde	—
Bazar Igaci	5%
Clínica Veterinária Bichos e Caprichos	—
Mercado Lucena	—
Hiper Center todo dia	—
Mercadinho Popular	—
Frutas e verde	3%
Casa Nova	10%
Marcos Construção	—
JC Costa	—
Central Gás – Brasil Gás	3%
Feira de agricultura familiar e economia solidária de Igaci	—
NETZ-TELECOM	3% 10%
Drogaria Nossa Senhora da Saúde	—
Lanchonete O rei da Noite	—
Auto Posto JP	3%
Comercial São Luiz	—
Borracharia Félix	—
Eliane cabelereira	—
Daniela Perfumaria & Variedades	—
Josival Pedro (pedreiro)	—

Fonte: Elaboração Própria (2017)

Fotografia 5 – Moeda social (terra)



Fonte: Elaboração Própria (2017)